

JUCESF
22 11

JUCESF PROTOCOLO
2.147.711/13-5



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALOG SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.**

ENTRE

ALOG SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

**DATADA DE
11 DE NOVEMBRO DE 2013**



DUCE SP
22 11 13

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALOG SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ALOG SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Dr. Miguel Couto, 58, 5º andar, Centro, CEP 01.008-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.672.254/0001-44, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Sala 205, no Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora, "**Partes**"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares de Debêntures (conforme abaixo definidas) ("**Debenturistas**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Alog Soluções de Tecnologia em Informática S.A. ("**Escritura**" ou "**Escritura de Emissão**", "**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de novembro de 2013 ("**AGE**"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.



JUCESP
22 11 13

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de Notícias, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. Os atos societários que eventualmente venham a ser realizados após o registro da Escritura serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de Notícias, conforme legislação em vigor.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção dos referidos registros.

2.1.3. Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP")

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")



DUCE SP
22 11 13

2.1.5.1. A presente Emissão está dispensada de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a prestação de serviços relacionados à Internet, tais como hospedagem de domínios ("web-hosting"), acesso, comércio eletrônico ("e-commerce"), correspondência eletrônica ("e-mail"), hospedagem de servidores e infraestrutura de redes; (b) a criação e manutenção de sistemas de informação; (c) a prestação de serviços especializados de consultoria na área de comunicação e informática; (d) o fornecimento, locação (exceto *leasing*), comercialização e importação de serviços e equipamentos relacionados aos serviços por ela prestados; (e) a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista, quotista ou de qualquer outra forma, independente do tipo de atividade exercida; e (f) a prestação de serviços de telecomunicação.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a primeira (1ª) Emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas até 6.000 (seis mil) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O Banco Liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o Escriturador Mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida



ALOG S.A.
22 11 13

Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao refinanciamento da dívida de curto prazo da Emissora e à realização de investimentos em capital fixo.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e após o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.2.1. O público alvo da Emissão serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, e ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (em conjunto, "Investidores Qualificados"), observado o disposto na Cláusula 3.9 abaixo.

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira (1ª) Emissão Pública da Alog Soluções de Tecnologia em Informática S.A." ("Contrato de Colocação"), com intermediação de instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

3.9.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme definido nesta Escritura.





ALOGSA
22 11 13

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de novembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ocorrendo, portanto, em 11 de novembro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 5. Na ocorrência de qualquer hipótese prevista na Cláusula 5 abaixo, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo) e Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se houver, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP.

4.1.6. Espécie

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.7. Conversibilidade

4.1.7.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 ("Data de Subscrição").

4.2.2. Preço de Subscrição



DUCESP
22 11 13

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos na Cláusula 4.5.1.1 abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição.

4.2.3. *Direito de Preferência*

4.2.3.1. Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4. **Atualização do Valor Nominal**

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures por qualquer índice.

4.5. **Remuneração**

4.5.1. *Juros Remuneratórios*

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, até a efetiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme Cláusula 4.5.1.2 abaixo ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2. Os Juros Remuneratórios correspondentes ao Período de Capitalização (conforme definido abaixo) serão pagos em 10 (dez) parcelas semestrais, a partir da Data de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures, ou, caso estes não sejam Dias Úteis, no primeiro Dia Útil subsequente, conforme tabela abaixo ("Data de Pagamento de Remuneração"):

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO DE JUROS
1ª	11 de maio de 2014
2ª	11 de novembro de 2014



JUCESP
22 11 13

3ª	11 de maio de 2015
4ª	11 de novembro de 2015
5ª	11 de maio de 2016
6ª	11 de novembro de 2016
7ª	11 de maio de 2017
8ª	11 de novembro de 2017
9ª	11 de maio de 2018
10ª	11 de novembro de 2018

4.5.2. Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios

4.5.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, acumulado no respectivo Período de Capitalização, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

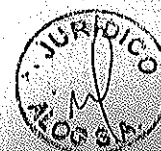
onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, (inclusive), até a Data de Pagamento de Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n_{DI}";



ALOGSAP
22 11 13

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas, na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

spread = 2,2500;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.5.2.2. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

(i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;



JUCE SP
22 11 13

(iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.5.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.5.2.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.5.3. Período de Capitalização

4.5.3.1. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (exclusive) no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data



JUCESP
22 11 13

prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (exclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (inclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal das Debêntures será amortizado pela Emissora, em 7 (sete) parcelas semestrais, conforme detalhado abaixo, salvo no caso das hipóteses previstas na Cláusula 5 abaixo.

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
11 de novembro de 2015	14,28%
11 de maio de 2016	14,28%
11 de novembro de 2016	14,28%
11 de maio de 2017	14,29%
11 de novembro de 2017	14,29%
11 de maio de 2018	14,29%
11 de novembro de 2018	14,29%

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no CETIP21: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



JUCESP
22 11 13

4.8.1.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3. *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais continuarão a incidir até que o valor devido seja efetivamente pago, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.



DUCE SP
22 11 13

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de Notícias, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

5. DA OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Oferta de Resgate Antecipado

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476, do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições aplicáveis, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado"):

(i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.9 acima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da data do resgate, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (c) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (d) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

(ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Após esse prazo, a Emissora terá 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá para todas as Debêntures objeto do resgate em uma única data;

(iii) a Oferta de Resgate Antecipado poderá ser condicionada, a critério da Emissora, à aceitação por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que a Emissora ficará obrigada a resgatar as Debêntures de todos os Debenturistas que tenham aceitado a Oferta de Resgate Antecipado;

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do



DUCE SP
22 11 13

resgate, (a) acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo; e

(v) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, conforme aplicável, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.1.2. Observadas as condições e procedimentos indicados na Cláusula 5.1.1 acima, a Oferta de Resgate Antecipado é uma faculdade da Emissora e o resgate das Debêntures está condicionado à expressa anuência do Debenturista.

5.2. Vencimento Antecipado

5.2.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.2.1.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

(i) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, não sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;

(ii) em caso de (a) pedido de autofalência da Emissora ou pedido de falência não elidido no prazo legal; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento ou da sua concessão pelo juiz competente, ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente da homologação judicial do plano de recuperação; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(iii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela descrita na Cláusula 3.7 acima;

(iv) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à Emissão e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;



DUCE SP
22 11 10

(v) decretação de vencimento antecipado ou inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura, de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer empresa controlada pela Emissora, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 243, da Lei das Sociedades por Ações ("Controlada(s)"), em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da referida obrigação na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a concordância do credor correspondente, formalmente comprovada ao Agente Fiduciário ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;

(vi) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora ou qualquer Controlada que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer Controlada de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(vii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão se tornarem comprovadamente inexecutíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável;

(ix) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, a exclusivo critério dos Debenturistas, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;

(x) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver inadimplente com os Debenturistas em relação a qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, e enquanto a Equinix, Inc. detiver menos de 99% da participação (direta ou indireta) do capital da Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido;

(xi) protesto de títulos contra a Emissora ou suas Controladas com valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;

(xii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes, que afete de forma adversa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a não renovação decorrer exclusivamente de



DUCE SP
21 10

atraso do órgão competente, desde que a Emissora comprove ter solicitado a referida renovação no respectivo prazo legal;

(xiii) alteração do estatuto social da Emissora que resulte: (a) na alteração do seu objeto social, que modifique ou restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, ou (b) na redução do seu capital social, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;

(xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas;

(xv) mudança ou transferência do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, de forma direta ou indireta, sem a prévia aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, ficando excetuada, e desde já aprovada, as reorganizações societárias que ocorrerem dentro do grupo econômico da Emissora. Para os fins desta Cláusula, considera-se que o controle acionário da Emissora, na Data de Emissão, é detido pela Equinix South America Holdings, LLC, sociedade em Delaware, com principal estabelecimento localizado no The Corporation Trust Company, Corporate Trust Center, 1209, Orange Street, Cidade de Wilmington, Condado de New Castle, Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.215.498/0001-51;

(xvi) cisão, fusão, incorporação da Emissora ou de qualquer Controlada, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações (a) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, ficando excetuada, e desde já aprovada, as reorganizações societárias que ocorrerem dentro do grupo econômico da Emissora;

(xvii) alienação, constituição de ônus e/ou gravame, ou transferência a qualquer título ou qualquer outra forma de disposição à terceiros (incluindo, mas não se limitando, a emissão de novas dívidas no mercado de capitais em grau preferencial (sênior) em relação à presente Emissão), de ou sobre quaisquer ativos e passivos da Emissora e/ou de suas Controladas, em operações de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a partir da Data da Emissão, em valor igual ou superior, de forma individual ou agregada, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas;

(xviii) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se a Emissora comprovar, em até 5 (cinco) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(xix) não observância, pela Emissora, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros



DUCESP

22 11 13

abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados anualmente, com base nas Demonstrações Financeiras Anuais, pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações necessárias à verificação dos Índices Financeiros, acompanhadas de demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pela Emissora, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a cada ano civil, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, inclusive:

- (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA $\leq 2,5$ a partir de 31 de dezembro de 2013 até a Data de Vencimento; e
- (b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida $\geq 3,5$ a partir de 31 de dezembro de 2013 até a Data de Vencimento.

Para os fins do disposto no inciso (xix) acima, os termos abaixo têm os seguintes significados:

Dívida Financeira Líquida: assim definida como a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos as disponibilidades. Para fins da definição de Dívida Financeira Líquida não será considerado nenhum empréstimo *inter-company* e/ou *leasings* de *data centers* feitos a instituições não financeiras.

Despesa Financeira Líquida: assim definida como o resultado das despesas financeiras em módulo, menos as receitas financeiras em módulo, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do Índice. Caso a Despesa Financeira Líquida seja negativa, o referido Índice não será considerado no respectivo período.

EBITDA: Assim definido como o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do Índice.

Os Índices Financeiros serão acompanhados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas informações financeiras consolidadas auditadas da Emissora e da memória de cálculo dos Índices Financeiros, elaborada pela Emissora, que deverá conter todas as rubricas necessárias para a sua apuração, em até 10 (dez) dias contados do recebimento das informações pertinentes. A primeira apuração e verificação dos Índices Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

5.2.1.2. Os valores mencionados nos itens (v), (vi), (xi) e (xviii) da Cláusula 5.2.1.1 acima serão corrigidos monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice Nacional de



DUCE SP
22 11 13

Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

5.2.1.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nos itens (i), (ii), (iii), (v), (vi), (vii), (ix), (x), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) da Cláusula 5.2.1.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do que for devido.

5.2.2. Na ocorrência de quaisquer outros eventos não mencionados na Cláusula 5.2.1.4 acima, ou seja, se o vencimento antecipado das Debêntures estiver fundamentado nas hipóteses constantes dos itens (iv), (viii), (xi), (xii), (xvii), (xviii) e (xix) da Cláusula 5.2.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ciência. Na Assembleia Geral de Debenturistas, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Caso não seja instalada a Assembleia Geral de Debenturistas, em razão de não haver o *quorum* mínimo, ou caso instalada, os Debenturistas decidam pela manutenção do vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, comunicando tal fato à Emissora, nos termos da Cláusula 5.2.3 abaixo.

5.2.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para a CETIP, para o Banco Liquidante e para o Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, acrescido dos Encargos Moratórios, se houver, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.2.4. Caso a Emissora não proceda ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo devedor das Debêntures, conforme o caso, na forma estipulada na Cláusula 5.2.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3.1 acima.

5.2.5. Para fins de verificação, pelo Agente Fiduciário, do disposto nos itens (iii); (v); (vi); (x); (xi); (xii); (xv); (xvii) e (xviii) da Cláusula 5.2.1.1 acima, em relação à Emissora e suas Controladas, conforme o caso, a Emissora deverá encaminhar anualmente declaração firmada por 2 (dois) diretores da Emissora, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro, atestando a não ocorrência das referidas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 6.1(i)(a) abaixo, acompanhada do organograma societário atualizado da Emissora.



DUCE SP
21 10

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Além de observar as obrigações impostas pela legislação em vigor, a Emissora se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório de administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, bem como (ii) relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração (acompanhadas da memória de cálculo do Índice Financeiro realizada pela Emissora), bem como (iii) declaração de 2 (dois) diretores da Emissora, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura, bem como a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade do Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e (iv) organograma societário atualizado da Emissora;

(b) documentos comprobatórios da utilização dos recursos captados na presente Emissão, decorrentes da integralização das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão, conforme aplicável;

(c) nos mesmos prazos previstos na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, cópias dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;

(d) no prazo de até 5 (cinco) dias após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;



DUCE SP
22 11 13

(e) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.9 acima;

(f) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, enviar informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;

(g) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para os Debenturistas que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

(h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

(ii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

(iii) a Emissora deverá encaminhar anualmente declaração firmada por 2 (dois) diretores da Emissora, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro, atestando a não ocorrência das referidas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 6.1(i)(a) acima, acompanhada do organograma societário atualizado da Emissora.

(iv) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(v) atender, de forma eficiente, às solicitações dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;

(vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem às Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(vii) informar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 5.2 acima;



DUCESP
22 11 13

- (viii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (ix) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (x) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xii) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio desta Emissão nos termos da Cláusula 3.7 acima;
- (xiii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- (xiv) efetuar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão;
- (xvii) informar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que possa impactar os critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;
- (xviii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (xix) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral pela Emissora;



ALOG S.A.
22 11 13

- (xx) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
- (xxi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxii) autorizar o Coordenador Líder, nos limites da legislação em vigor, a divulgar os termos da Emissão, inclusive *marketing* com o logo da Emissora, por qualquer meio;
- (xxiii) prestar informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
- (xxiv) com suas coligadas, Controladas ou sociedade sob controle comum, apresentar documentos que não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão;
- (xxv) realizar a manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão a ela ou qualquer Controlada, direta ou indireta, condição fundamental de funcionamento;
- (xxvi) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, a ser assumida em decorrência da Emissão;
- (xxvii) comunicar imediatamente aos Debenturistas, por intermédio do Agente Fiduciário, qualquer fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão dos Investidores Qualificados de adquirir as Debêntures;
- (xxviii) não divulgar ao público informações referentes a ela, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), conforme alterada; e
- (xxix) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da oferta à CVM, de (i) divulgar ao público informações referentes a ela, à Emissão, exceto em relação às informações divulgadas ao mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400; (ii) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (iii) negociar valores mobiliários de sua emissão, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400.



DUCESP
22 11 13

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida; aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (ii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições, e não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (iii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (v) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vi) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.2 desta Escritura;
- (vii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (viii) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; que tal verificação ocorreu por meio de informações e documentos fornecidos pela Emissora;
- (ix) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e



JUCESP
22 11 13

(x) que, conforme exigência do artigo 12, inciso XVII, alínea "k" da Instrução CVM 28 e com base no organograma societário da Emissora disponibilizado pela Emissora, também exerce a função de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão pública, com esforços restritos de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Alog Data Centers do Brasil S.A. ("1ª Emissão da Alog Data Centers"), com vencimento em 01 de junho de 2017, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, ou seja, em 01 de junho de 2012, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Alog Data Centers não possuíam garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.



JUL 11 13

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário, as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, até o limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado



CETIP
22 11 13

que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;

(xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;

(xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 12, inciso XVII da Instrução CVM 28, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea k, itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.



DUCESP
22 11 13

(xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede do Coordenador Líder.

(xiv) publicar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;

(xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário e à CETIP;

(xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xviii) acompanhar, diariamente, o preço unitário das Debêntures, calculado pela Emissora; e

(xix) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso,



DEBENTUR

22 11 10

acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis;

(iii) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora, se for o caso, salvo deliberação em contrário.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) da Cláusula 7.5 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item (iv) da Cláusula 7.5 acima.

7.7. A título de honorários pelos serviços prestados serão devidas pela Emissora parcelas anuais de R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, pagas até 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.7.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) à execução das garantias, caso sejam concedidas; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas em até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, caso sejam concedidas; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.7.2. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e aos eventuais contratos de garantia da Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

7.7.3. Os tributos (ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS – Contribuição ao Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte) vigentes à época do pagamento serão acrescidos à remuneração proposta.



DUCE SP
22 11 13

7.7.4. As parcelas de remuneração dispostas acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, a partir da Data de Emissão.

7.7.5. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora. O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.7.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

7.7.7. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.7.8. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus a mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.7.9. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, no caso de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados na legislação aplicável ou na Escritura como configuradores de vencimento antecipado das Debêntures.



DUCE SP
22 11 13

7.7.10. As despesas a que se referem às Cláusulas 7.7.5 e 7.7.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data da solicitação;

(iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e

(iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.7.11. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.7.12. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive no que diz respeito à sua convocação, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.



JUCESP

22 11 13

- 8.4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 8.5. A publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais referida na Cláusula 8.4 acima estará dispensada na hipótese de comparecimento de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.
- 8.6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 8.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral dos Debenturistas.
- 8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 8.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 8.10. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá 1 (um) voto.
- 8.10.1. Dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a alteração das Cláusulas 4.1.3, 4.5, 4.7 e 8 desta Escritura.
- 8.10.2. Dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, as matérias que não exijam quórum específico, conforme descrito nesta Escritura.
- 8.11. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas Controladas ou coligadas, bem como de titularidade dos respectivos diretores ou conselheiros e dos respectivos parentes até segundo grau e dos respectivos cônjuges destes últimos ("Debêntures em Circulação").
- 8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.



DUCE SP
22 11 10

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

- 9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:
- (a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada segundo as leis da República Federativa do Brasil;
 - (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
 - (d) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
 - (e) a celebração da presente Escritura e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer norma legal que a vincule ou afete;
 - (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou para a realização da Emissão;
 - (g) a celebração da presente Escritura e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
 - (h) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;



DUCEP
22 11 13

- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;
- (j) tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo judicial ou administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (k) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (l) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (m) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (n) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição;
- (o) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;



DUCEP
22 11 13

- (q) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (r) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (s) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP; e
- (t) cada uma de suas Controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis da República Federativa do Brasil, com plenos poderes e autoridade para conduzir seus negócios.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) *Para a Emissora:*

ALOG SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Rua Dr. Miguel Couto, 58, 5º andar, Centro

01008-010 - São Paulo - SP

At.: Sr. Marcelo Junior da Silva

Tel.: (11) 3524-4903

Fax: (11) 3524-4337

E-mail: marcelo.silva@alog.com.br

(ii) *Para o Agente Fiduciário:*

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Sala 205, Condomínio Downtown

22640-100 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Gustavo Dezouart e Monique Garcia

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mails: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br e ger3.agente@oliveiratrust.com.br

(iii) *Para o Banco Liquidante*

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal

04344-902 - São Paulo - SP



DUCE SP
22 11 13

At.: Luiz André Negrin Petito
Telefone: 11 2797-4441
Fax nº: 11 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
04538-152 - São Paulo - SP
At.: Luiz André Negrin Petito
Telefone: 11 2797-4441
Fax nº: 11 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:
CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS
Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308 / 2262-5481

Ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar,
01452-000 - São Paulo - SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

10.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada por escrito à outra Parte.

10.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na Cidade de São



JUL 89
22 11 13

Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente "Dia Útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.8. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.10. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.12. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, ele não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



DUCE SP
22 11 13

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

11.2. E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

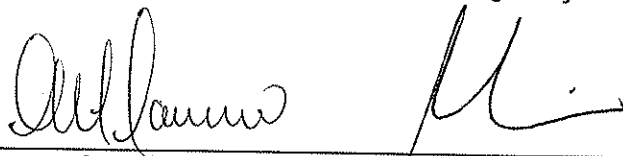
São Paulo, 11 de novembro de 2013.

* * *



JUCESP
22 11 13

[Página 1/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, da Alog Soluções de Tecnologia em Informática S.A.]



ALOG SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Por: ANTONIO EDUARDO ZAGO DE CARVALHO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Por: MARCELO JUNIOR DA SILVA
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



JUCESP
22 11 13

[Página 2/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, da Alog Soluções de Tecnologia em Informática S.A.]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por:
Cargo:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Por:
Cargo:

Sônia Regina Menezes
Procuradora

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:

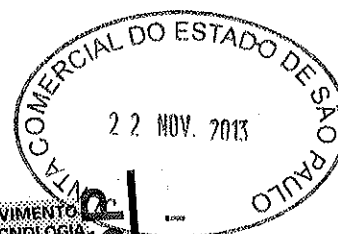
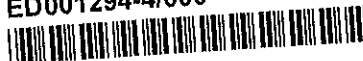
Jean P. Lieutaud de Aquino
RG: 36.828.298-36
CPF: 329.477.138-00

2.

Nome: JOSÉ GUILHERME MALHEIRO
RG: 36.275.524-3

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE
CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO 015624-SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL

ED001294-4/000



JUCESP

